

Apresentação

Pós-graduação em Educação: diálogos entre políticas públicas, formação de professores e Educação Básica

Post-graduation in Education: dialogues between public
policies and teacher training and Basic Education

Os textos reunidos nesta edição especial da *Revista de Educação Pública* debruçam-se sobre a temática *Pós-graduação em Educação: Diálogos entre políticas públicas, formação de professores e Educação Básica*. A ideia é articular e dar visibilidade aos sujeitos, aos diálogos e aos contextos, para um olhar mais plural sobre a problemática educacional brasileira.

O tema foi proposto por considerar-se a relevância da produção científica dos programas de pós-graduação em educação, em razão da articulação presente com a Educação básica, que se tem traduzido em pesquisas que tratam das políticas públicas, da formação de professores, dos processos de ensino e aprendizagem, dentre outras temáticas.

Estudos realizados¹ destacam que muito do que os programas de pós-graduação em Educação têm pesquisado tem como foco principal a educação básica, na perspectiva de compreender os desafios e os avanços da realidade educacional brasileira.

A cada dia novos desafios são impostos aos professores no exercício da profissão, fazendo com que precisem lidar com situações para as quais não foram ou não se sentem preparados, como a interculturalidade, a diversidade, as inovações curriculares. Assim, compreender como os professores ressignificam suas práticas pedagógicas a partir de suas experiências e os contextos em que estão inseridos, se faz necessário. As metodologias de pesquisas etnográficas, pesquisa-ação e de narrativas têm possibilitado envolver os professores em atividades reflexivas em torno do fazer docente, processo esse que, ao mesmo tempo em que informa,

1 SILVA, Antonia Almeida; Márcia Aparecida Jacomini. A pós-graduação e a pesquisa sobre /na educação básica: relações e proposições. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n.3, p. 629-646, jul./set. 2017. NACARATO, Adair Mendes. O PNE e a articulação da pós-graduação com a Educação Básica. *Zetetiké*, Campinas, SP, v. 24, n.2, p.269-280, maio/ago. 2016.

propicia a formação de todos os envolvidos. Nesta perspectiva, as pesquisas sobre formação de professores têm procurado considerar os diferentes contextos – pessoal, institucional e profissional – em que os profissionais se inserem, buscando compreender como se constituem docentes e como se desenvolvem profissionalmente. Assim, tem sido profícuo aproximá-los da pesquisa, a partir de metodologias em que se realiza a pesquisa *com* eles – e não apenas *sobre* eles –, por inseri-los em um movimento de reflexão, de aprendizagens, em que a colaboração entre universidade e escola se faz presente.

A inserção dos professores da educação básica no movimento de investigação tem possibilitado, por um lado, a ampliação do repertório de conhecimentos profissionais dos professores e a reflexão sobre a prática pedagógica e, por outro, a avaliação das propostas de formação inicial das licenciaturas e das propostas de formação continuada.

A elaboração e o desenvolvimento das políticas de formação inicial e continuada deveriam se pautar na participação e no trabalho cooperativo entre universidades, estados, municípios e as escolas de educação básica. No entanto, nem sempre essa articulação se faz presente, pois as propostas tanto de formação de professores como de mudanças curriculares são pauta de divergências, marcadas por relações de poder, que sinalizam diferentes posicionamentos políticos e teóricos.

Por certo, a articulação da pós-graduação com a educação básica é necessária, mas as políticas públicas de avaliação da pós-graduação pouco a têm valorizado², pois não reconhecem que as pesquisas dos professores da escola pública podem ter impacto social. Além disso, tampouco reconhecem o trabalho de parcerias com as redes, que envolve muito tempo, planejamento, ações e envolvimento de todos aqueles que do projeto participam (NACARATO, 2016, p. 276).

Neste contexto, pode-se afirmar que muitos são os diálogos que podem ser estabelecidos a partir da produção científica dos Programas de Pós-graduação em Educação – com as políticas públicas, a formação de professores e a Educação básica –, ao considerar-se a inserção de docentes em atividades de extensão, ensino e pesquisa, nas associações científicas, nos fóruns, em comissões de trabalho das secretarias de educação.

Os textos aqui apresentados são oriundos dessa inserção pessoal e profissional de pesquisadores de Espanha, Portugal, Argentina, Colômbia, e França e de pesquisadores brasileiros vinculados à UFMG, à UFMT, à UERJ, à UNIR, à UNEMAT, à UFU e à UFF, que discutem os desafios da prática docente da pós-

2 NACARATO, Adair Mendes. O PNE e a articulação da pós-graduação com a Educação Básica. *Zetetiké*, Campinas, SP, v. 24, n.2, p.269-280, maio/ago. 2016.

graduação, das políticas públicas, da formação inicial e continuada de professores; sinalizam problemáticas a serem superadas e discutidas; e propõem alternativas para pensar e fazer educação.

Assim sendo, é fundamental dar visibilidade às pesquisas, do campo teórico ou do empírico, que se propõem a refletir sobre os processos educativos em suas diferentes dimensões: política, econômica, cultural, curricular ou pedagógica.

O primeiro texto, “Los profesores y los desafíos de las diversidades y de las migraciones en España: formación y políticas educativas”, nos faz indagar: Quais desafios os professores enfrentam para lidar com a diversidade intercultural? Como as políticas públicas podem e devem problematizar essa realidade? José González-Monteaugudo e Miriam Zamora-Serrato, pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidad de Sevilla, problematizam que o crescimento de estudantes imigrantes nas salas de aula na Espanha é uma realidade causada pelo fenômeno migratório. No artigo, discutem a responsabilidade e o comprometimento da escola em atenção à diversidade intercultural, o referencial normativo espanhol e a abordagem às políticas educacionais voltadas para a inclusão. Na intenção de abordar o tema de forma integrada, foram analisados documentos relativos às instituições públicas do terceiro setor e pesquisas científicas. Os desafios dos professores são destacados, assim como a influência da formação na proposição de uma resposta pedagógica adequada. Conclui-se que o exercício da docência exige capacitação em interculturalidade, para gerar atitudes, valores e práticas que promovam a diversidade como um enriquecimento para todos.

A pesquisadora Helena Amaral da Fontoura, em seu texto “Meu nome é professor/a: sobre aprender a docência e identidades”, apresenta indagações sobre como nos constituímos professores e professoras a partir da assunção de nossa identidade. Propõe questões no campo da formação docente, com objetivo de pensar a apropriação do lugar docente. A reflexão se pauta na pesquisa de cunho qualitativo, que entende o sujeito como parte integrante do processo da pesquisa. O texto contribui para a reflexão sobre uma formação de professores democrática e atribui outra dimensão às questões apresentadas, pela teoria e prática e pelo ensino e aprendizagem, para o debate da Didática. Destaca a importância de valorizar o professor, bem como os espaços em que atua, caso se deseje a melhoria da educação brasileira.

Maria Mercedes Jiménez Narváez, pesquisadora colombiana, no artigo “La inserción profesional docente: un campo para la formación e investigación”, inclui alguns elementos conceituais e metodológicos que orientaram o desenvolvimento da linha de pesquisa sobre a formação de professores de ciências naturais, na perspectiva do grupo de pesquisa em educação científica – PiEnCias. A autora destaca que a inserção profissional dos docentes é um dos temas em que concentra

os diversos estudos e pesquisas que estão incentivando alternativas para avançar na relação entre formação e pesquisa docente. Diversas metodologias têm sido utilizadas: o estudo de caso, a abordagem biográfico-narrativa, os grupos de discussão e a pesquisa-ação-formação. Os resultados obtidos nas diversas pesquisas, com professores em formação inicial e com professores iniciantes, mostram a necessidade de continuar conduzindo estudos em que os participantes possam aprender a tomar decisões e reconhecer-se como membros de uma comunidade acadêmica que tem como desafio melhorar continuamente a sua prática pedagógica.

No artigo “Residência pedagógica: afinal, o que é isso?”, Juliana Batista Faria e Júlio Emílio Diniz-Pereira revelam resultados de um estudo que buscou compreender a temática da residência pedagógica no cenário educacional brasileiro, tomando por base um levantamento de pesquisas, projetos de lei e experiências envolvendo algum tipo de formação prática de professores que tenha sido inspirada por alguma ideia de residência pedagógica. De modo geral, a ideia de residência pedagógica faz menção à residência médica na formação complementar dos cursos de Medicina. No Brasil, essa ideia também pôde ser encontrada no uso de expressões como “residência educacional”, “residência docente” e “imersão docente”, aplicando-se tanto à formação continuada quanto à formação inicial de professores. Ponderam que até o momento se mostra frágil qualquer escolha de terminologia, ou mesmo de uma definição para o que seria a *residência* no contexto educacional brasileiro. Mencionam os autores que, para além do que pode ser e significar a *residência pedagógica*, é preciso analisar o comprometimento do Estado brasileiro com a educação pública e gratuita, considerando os princípios democráticos, o que perpassa por considerar também as condições de trabalho, carreira e remuneração dos profissionais professores que já atuam.

Ao problematizar as políticas curriculares, Érika Virgílio Rodrigues da Cunha, no artigo “Permanecer na luta, para uma democracia radical e plural nas políticas de currículo”, discute a normatividade que anima a pretensão democrática da política da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de realizar a formação de um sujeito universal abstrato. A partir de uma pesquisa mais ampla de matriz pós-estrutural, foca o texto da BNCC, divulgado pelo Ministério da Educação em dezembro de 2017, para discutir a inconsistência e os limites dessa pretensão e defender a potência política da noção de democracia radical e plural no pensamento pós-fundacional e pós-estrutural da teoria do discurso para a luta por educação. O desejo de um currículo igual em todo país e que ele seja igual para todas as escolas é questionado pela autora. Alerta que a imagem do “sujeito unitário, fonte última de consciência e ação”, impede pensar a educação como algo que escapa à norma e ao padrão. Assim, ao permanecer nesta via, busca-se outra coisa, o conforto, talvez, e não educação.

Em “Educação básica e gestão da escola pública”, Ana Maria Falsarella, discute a gestão da escola básica pública de questões referentes à autonomia, à democratização do ensino e à construção de espaços de formação continuada. Em um texto explicativo que sistematiza parte dos estudos feitos pela pesquisadora entre 2001 e 2018, ela analisa o discurso oficial disseminado pelas políticas educacionais e as contradições observadas quando de sua efetivação. Trata-se de texto explicativo que sistematiza parte dos estudos feitos pela pesquisadora entre 2001 e 2018. A autora conclui que a gestão democrática não está relacionada somente à escola, mas a todas as instâncias do sistema educacional. Destaca que a relação entre órgão central e unidades escolares deve estar baseada num diálogo que reconheça a cultura e a autonomia das escolas. No entanto, no Brasil, ainda há muito a investir na construção de ações integradoras e solidárias entre as esferas públicas.

Ao problematizar a necessidade urgente de mudanças no sistema educacional brasileiro, Fábio Santos de Andrade, no texto “Desafios da prática docente: diálogos com a Educação Social”, ressalta que mudanças devem ocorrer no âmbito dos governos, das escolas, das comunidades e das famílias, para, assim, dotar a escola de autonomia e torná-la participativa e democrática. O texto, partindo da reflexão sobre a escola atual e sua função formadora de seres humanos reflexivos, críticos e politicamente engajados, traz a Educação Social como aporte teórico-metodológico para a formação de educadores comprometidos com a vida, com o respeito às diversidades, com a educação humanizada e com a luta pela justiça social. Enfatiza que a convivência entre educador, crianças e/ou adolescentes promove um encontro de saberes, capaz de produzir mudanças significativas em todos.

O pesquisador Patrick Paul, no artigo “*L'éducation entre reproduction de programmes et formation de soi: l'importance du trajet anthropoformateur*”, problematiza que existem diferentes formas de “pensar o mundo” e produzir conhecimento. A compreensão dos nativos do mundo ao seu redor é, por exemplo, muito diferente da de um cientista. Cada ser humano é formado através de sua própria experiência (conhecimento experiencial) e através de uma série de conhecimentos formais que interpreta os fenômenos selecionados, dando sentido à sua leitura. Esse entendimento está associado, para falar uma linguagem acadêmica, ao posicionamento epistemológico que permite analisá-los. Esta observação evoca a noção de paradigma (Thomas Kuhn), que pode ser definido como uma representação do mundo construída por necessidades sócio-históricas, uma maneira de ver e pensar mais frequentemente implícita na sociedade, mas que repousa, no entanto, sobre uma fundação perfeitamente definida culturalmente (um modelo teórico, um fluxo de pensamento). A questão de « *l'Anthropos* », do

homem deve, ao final, considerar a realidade mais profunda, vital, intuitiva e criativa da consciência humana, de maneira a dar sentido à vida.

Três textos abordam questões específicas em relação à pós-graduação em Educação. O pesquisador Ricardo Antonio Castaño Gavira discute o papel e o projeto político pedagógico da universidade pública. Destaca que os modelos pedagógico e curricular atendem aos planos da gestão universitária e tem relação com os processos de formação profissional docente e a capacidade de mudanças nos currículos nos contextos de territórios. O autor ressalta a importância e o compromisso que os programas de pós-graduação devem assumir para a consolidação do projeto educativo universitário.

O texto “Impasses e desafios para uma avaliação formativa em Programas de Pós-graduação”, de Maritza Maciel Castrillon Maldonado e Loriege Pessoa Bitencourt, da UNEMAT, trata dos impasses e dos desafios para uma avaliação formativa na pós-graduação. A partir da avaliação quadrienal de Programas de Pós-Graduação em Educação (2013-2016), tomando por base normatizações e limites do documento da Área de Educação – CAPES, da Plataforma Sucupira, e também a realidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT - PPGEduc/UNEMAT, cartografam-se alguns impasses e problematizam-se desafios para se constituir uma avaliação mais formativa no quadriênio 2017-2020. As autoras ressaltam que talvez consigamos, ao narrar, cantar, descrever, fotografar, questionando, compondo, criar encontros que propiciem sensibilidades éticas, políticas e estéticas na avaliação de Programas de Pós-Graduação em Educação.

O artigo “Pós-graduação em Educação: a Dialética da Teoria e Método”, de Maria de Fátima Cardoso Gomes e Denise Alves Araújo, discute a articulação entre a Teoria Histórico-cultural e a Etnografia em Educação, pressupostos teórico-metodológicos para pesquisas em sala de aula. A dialética entre teoria e método é apresentada com base em pesquisa realizada na sala de aula da Educação de Jovens e Adultos, em Belo Horizonte, no ano de 2015. Os eventos analisados revelam como professora e estudantes das turmas pesquisadas produziram sentidos para conceitos matemáticos. Os resultados indicam que a cognição social é situada como algo que não ocorre dentro das mentes das pessoas, mas que se constitui nas suas vivências, mediada pela instrução escolar. Consideram fundamental ensinar e aprender conteúdos escolares como *Atividades Humanas*, distanciando-se da aquisição de habilidades individuais, uma vez que as atividades acontecem com pessoas, entre pessoas, exigindo um planejamento coletivo, para que todos possam participar e usufruir das oportunidades de aprendizagem do ensino. As pesquisadoras Márcia Martins de Oliveira Abreu e Adriana Pastorello Buim Arena, no artigo “A dupla caixa e o espaço em branco no processo de alfabetização”, discutem a possibilidade metodológica de trabalho com crianças em processo de

apropriação da língua escrita, tendo como suporte textos construídos e utilizados socialmente. Na publicação, as autoras tratam do uso da letra maiúscula durante o processo de alfabetização, em pesquisa realizada com uma turma de 1.º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede federal de ensino localizada na cidade de Uberlândia/MG. Entre alfabetizadores ainda existe a crença de que as letras em caixa alta são mais simples para serem aprendidas e, por esse motivo, é oferecido às crianças pequenas esse tipo de letra. As autoras concluem que, desde o início do processo de alfabetização escolar, tanto as diferenciações entre as letras maiúsculas e minúsculas como a explicitação do espaço em branco e sua função de separar as palavras, devem ser apresentadas às crianças desde o início do processo de alfabetização escolar. Assim, o trabalho realizado partindo da materialização gráfica do texto se apresentou profícuo tanto para a aprendizagem da língua escrita como para a apreensão das possibilidades discursivas apresentadas. Os resultados indicaram que o envolvimento dos sujeitos no trabalho com a dupla caixa auxiliou qualitativamente o processo de alfabetização.

O artigo “Peter Pan e infância eterna: sob o signo da criança heroica”, de Alberto Filipe Araújo, Joaquim Machado de Araújo e Iduína Mont’Alverne traça o retrato de Peter Pan como criança que persiste em manter o estado de infância e apresenta a sua natureza mítica e arquetipal. Ancora-se nos contributos de Jung, da história da mitologia e da hermenêutica simbólica de Gilbert Durand. Das lições advindas da leitura e da análise da obra de Barrie, é preciso recordar que as pessoas crescidas se esquecem de alçar voos, pois se afastam da imaginação, recalcam-na, recusam-na mesmo em nome da razão, do lado diurno, solar, patriarcal da vida, em detrimento do lado noturno, místico, lunar, matriarcal da vida. Concluem, destacando que é importante (re)pensar os alimentos com os quais nutrimos a imaginação, pois é através das experiências cotidianas, da imaginação, que enriquecemos a nossa alma e o imaginário. E somente ao se permitir alçar voos é que se pode transitar entre o prosaico (a razão, o denotativo) e o poético (o sentir, o conotativo) da vida.

“Entre topías, utopías y heterotopías. Notas acerca del lugar y las modalidades de la práctica docente en contextos de formación”, artigo da pesquisadora argentina Paula Cristina Ripamonnti, apresenta uma reflexão sobre o lugar e as modalidades da prática docente em contextos formativos. A intenção é articular notas de natureza crítica que possam abrir-se a outras ações na formação de formadores, a partir de um pensamento singular e único, sem pretensão de generalização e atendimento ao exercício docente como prática de reinícios. A partir de um texto de Foucault que caracteriza o Glocal como contrespaços reais e possíveis, o trabalho analisa as narrativas como uma modalidade de formação que inclui outras textualidades, bem como locais de aprendizagem compartilhados (comunidades de Inquérito). Destaca

a autora que não podemos deixar de pensar que a filosofia tem algo a oferecer para a compreensão e a efetivação desses processos.

Em “Hecceidade: formação como individuação sem sujeito”, o pesquisador Silas Monteiro apresenta ensaio que explora o conceito, usado por Deleuze e Guattari, de *hecceidade*, criado por Duns Scot. Sua estrutura é nominada pelo termo *lembranças*, para seguir o texto “1730 – Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível”, de Deleuze e Guattari. Coube bem a estrutura: lembrança remete à palavra grega *alêtheia*, comumente traduzida por “verdade”. Ao mesmo tempo, esse texto remete a episódios autobiográficos inspirados pelo opúsculo de Derrida: *O animal que logo sou*. Ao ser feita breve crítica ao conceito de sujeito como ordenador da vontade e do raciocínio, pensa-se o conceito de *hecceidade* como individuação sem sujeito. Conclui o autor, questionando: “Uma aula é ensaiada. Ora, porque não tornar isso mais radical? Por que não colocarmos aulas em cartaz? Por que imaginar que aulas podem ser epifanias, visitas dos espíritos que aparecem subitamente e que se perdem, restando apenas a memória da visita? Por que não profanar esse espaço? Sala de aula é espaço profano, ou, no jargão deleuziano, espaço-tempo”.

As pesquisas aqui reunidas e compartilhadas por pesquisadores da América Latina e da Europa, que adotam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, convidam à leitura e à reflexão sobre a *Pós-graduação em educação: diálogos entre políticas públicas, formação de professores e Educação Básica*. Não é, pois, sem razão que nos apraz deixar nosso convite à leitura dos textos que abarcam temáticas emergentes, na intenção de contribuir para a análise dos desafios inerentes à Educação Básica e à Educação Superior no Brasil.

Profa. Dra. Filomena Maria Arruda Monteiro
Profa. Dra. Rute Cristina Domingos da Palma
Seminário Educação 2018